

PLANEJAMENTO URBANO E O FUTEBOL NA NOVA CAPITAL DE MINAS: RELAÇÕES SOCIAIS E NOVAS ESPACIALIDADES DECORRENTES DA PRÁTICA FUTEBOLÍSTICA EM BELO HORIZONTE NO PERÍODO DE 1897 A 1927¹.

Euclides de Freitas Couto.

1. Introdução

Esse artigo analisa a cultura urbana belo-horizontina no período entre 1897 e 1927, buscando relacionar as práticas de lazer e esporte difundidos na cidade, à concepção urbanística adotada em sua construção. O futebol ganha destaque na medida em que se torna o esporte mais praticado pela elite da cidade a partir dos anos de 1910. Sua difusão socioespacial é marcada por um incrível dinamismo que se relaciona às teorias higienistas da época.

Nos últimos anos, foram difundidos inúmeros estudos acerca da dinâmica sociopolítica e cultural da cidade de Belo Horizonte durante as suas primeiras décadas de vida. Analisaram-se diversas temáticas que encampam uma enorme gama de abordagens. Essas pesquisas têm possibilitado a ampliação do campo de entendimento e, paralelamente, o (re) descobrimento de novas perspectivas e possibilidades analíticas acerca dos *modos de vida* da cidade. Inúmeros são os exemplos que podem ser mencionados, mas, por se aproximarem do eixo temático deste artigo, torna-se relevante destacar as contribuições de JULIÃO (1992), de ANDRADE (1996) e de SILVEIRA (1996). Essas autoras discutem as questões socioculturais da recém-criada Capital, situando-as em um discurso modernizador, apoiado pelas utopias cosmopolitas² que inspiravam as elites locais e que ganharam sustentação política no governo republicano.

O ponto convergente entre essas pesquisas aponta para uma compreensão global que leva a concluir que a construção dos cenários físico e cultural de Belo Horizonte obedeceu a uma lógica mundial de aspiração modernizadora. BELLUZZO (1999) argumenta que a modernização assume diversas faces, não se restringindo ao plano estrutural ou social, mas também modificando os aspectos culturais, interferindo diretamente no *modus vivendi* de uma população. Todavia, apesar do afloramento de uma diversidade de estudos que centraram nas discussões em torno cultura urbana belo-horizontina, são ainda escassos os trabalhos que incorporam a discussão do futebol, na cidade, como símbolo de um modo de vida moderno requerido pelas elites locais (ELIAS, 1994).

O esporte como elemento fundamental na formação do escopo social moderno (HOBSBAWM, 2002) ganhou destaque em estudos que enfocam o futebol nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, situando-os no contexto de transformações que se desenvolveram no período denominado de *belle époque* brasileira (SEVCENKO, 1998). Tem-se, como exemplo, a tese de doutorado de Leonardo PEREIRA, publicada em 2000 (*Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902-1938*), a qual retrata minuciosamente a construção social do futebol carioca nas suas primeiras décadas de vida. PEREIRA constrói uma análise metódica acerca da formação dos clubes de elite e de subúrbio no Rio de Janeiro, mostrando uma grande diversidade de relações sociais construídas a partir da sua prática. O autor aborda ainda o processo de consolidação do futebol como símbolo nacional, buscando suas raízes históricas e sociais.

Em comum, os estudos mencionados mostram que o período embrionário do futebol nos principais centros do país obedeceu a uma lógica elitizada, na medida em que sua disseminação se deu primordialmente pelos segmentos mais abastados da população. O esporte, difundido tanto pelos

¹ Este artigo é parte integrante da dissertação de mestrado em Ciências Sociais (PUC-Minas) – cujo título é “Belo Horizonte e o futebol: integração social e identidades coletivas” - defendida em 09/12/2003.

² De acordo com as análises de CEDRO (2002:145), inserido no discurso modernizador, “o presente se torna sempre algo vinculado ao internacional.”

clubes quanto pelos colégios particulares, consistia em uma prática elegante e cosmopolita restrita a uma pequena parcela da população.

Partindo dessa perspectiva, este artigo discute a gênese do futebol belo-horizontino, inserindo-a no rol das transformações no modo de vida da cidade, ocorrida nas três primeiras décadas do século XX. Os ares modernos que trouxeram consigo o “impulso esportivo” encontraram na nova Capital um solo fértil para sua disseminação. Dessa forma, o feixe de relações sociais e das representações culturais circunscritas naquele período, só se tornam inteligíveis se forem relacionadas às análises das utilizações que ganharam os espaços públicos belo-horizontinos, após a inauguração da capital. A utopia da cidade moderna passou a adquirir traços concretos, na medida em que os espaços absorveram suas destinações e ainda incorporaram novas funções pleiteadas pelos seus usuários. Sendo assim, o *espaço* tornou-se um elemento fundamental para a compreensão das relações sociais naquele período.

Nessa lógica, torna-se necessário para esta pesquisa tomar como ponto de partida o estudo das relações de sociabilidade construídas a partir das práticas futebolísticas que se desenvolveram no Parque Municipal. Com sua localização privilegiada, o Parque prestava importante serviço às elites locais. Inspirado pela tríade urbanística “salubridade, comodidade e embelezamento”, o Parque espelhava as preocupações da comissão construtora em relação aos espaços verdes e das áreas de lazer para os habitantes (SALGUEIRO, 1997:160). Um ano após sua inauguração, o Parque já acumulava outros usos além daqueles destinados pelos construtores. Paralelo a outras práticas esportivas, o futebol ganhou destaque entre os frequentadores do lugar, os quais logo levaram a sua prática para outros locais situados no centro da cidade.

A partir desse contexto, é que se busca desenvolver a análise do futebol como parte integrante das transformações no modo de vida da cidade nos três primeiros decênios do século XX. Absorvido pelas elites como um hábito elegante e saudável, o futebol incorporou-se ao rol das atividades mais apreciadas naquela conjuntura. Se, para seus praticantes, o futebol carregava a simbologia do novo homem, saudável, viril e cavalheiro, para os espectadores, a participação nos eventos esportivos traduzia-se como uma prática elegante e que marcava a sua distinção.

A partir dessas considerações afloram também os questionamentos relativos ao desenvolvimento do futebol em Belo Horizonte e da construção das identidades coletivas inerentes à sua dinâmica. Propõe-se um questionamento em relação aos elementos físicos e culturais presentes àquele contexto, os quais possibilitaram o rápido desenvolvimento e difusão do futebol na elite belo-horizontina.

Para tanto, o corte cronológico estabelecido neste artigo engloba o período que se estendeu entre os anos de 1897 e 1927. Apesar das pesquisas realizadas em torno da origem do futebol belo-horizontino apontarem o ano de 1904 como o marco inicial desse esporte na cidade, encontram-se indícios que levam a relacionar o surgimento do futebol naquele ano a outras práticas esportivas que faziam parte do cotidiano do Parque Municipal desde sua inauguração, no ano de 1897. O período subsequente ao ano de 1904 foi marcado pela disseminação do futebol em outros espaços da região central da cidade. Ao ganhar notoriedade nas camadas mais abastadas da população, o esporte passou a ser incentivado pelo Estado, que cedeu importantes áreas no centro da cidade como também no Prado Mineiro³, para a construção de estádios. Essa fase, que se desenvolveu aproximadamente até o ano de 1927, marcou a disseminação do futebol e das atividades sociais que se agregaram em torno da dinâmica dos principais clubes da cidade. No final da década de 1920, o futebol belo-horizontino, acompanhando uma tendência que percorria as principais capitais do país, inseriu-se em uma nova fase que se denominou de “amadorismo marrom”. Nessa etapa, com a crescente popularização do esporte e aumento na qualidade técnica dos atletas, os clubes passaram a conceder “incentivos” financeiros aos seus jogadores, dando início ao processo que culminou, em

³ Desde 1906, esse local, situado na região suburbana da cidade, abrigava as corridas de cavalo. Por volta do ano de 1913, foi construído um pequeno estádio onde passou a se realizar jogos de futebol.

1933, com a profissionalização do futebol na maioria das capitais brasileiras. Cabe ressaltar que a análise do esporte, nesse período, não foi contemplada nesse artigo. Absorvido pelas camadas menos favorecidas da população, o futebol ganhou novas representações socioculturais que se mostraram distintas daquelas encontradas nas duas primeiras décadas do século XX.

Dada a escassez das fontes primárias e de estudos direcionados ao tema proposto, a utilização do recurso da história oral foi imprescindível para o desenvolvimento dos objetivos da pesquisa. Além disso, os depoimentos das pessoas que de alguma forma se relacionaram com o universo do futebol naquela conjuntura, são documentos vivos de uma história recente. O exercício da rememoração permitiu observar a reconstrução de identidades que foram apagadas pelo tempo, conforme nos ensina NORA (1993). A reconstrução das identidades individuais, através da memória, permitiu observar os traços mais sutis que marcaram uma determinada narrativa de vida como também as representações coletivas que se solidificavam na cidade.

Partindo da proposta sustentada por MATTOS (1997), PEREIRA (2000), SANTOS NETO(2002), os quais defendem a idéia de que o futebol configurou-se, no início do século XX, como um esporte moderno, elitista e essencialmente urbano, torna-se necessário, mesmo que de forma sucinta, se ocupar primeiramente em elucidar as dimensões espaço-temporais e político-econômicas que permearam a construção e o desenvolvimento da nova capital mineira.

Trata-se, portanto, de identificar, em uma relação dialética, como a construção do espaço urbano belo-horizontino possibilitou o surgimento de interações sociais que culminaram no desenvolvimento do futebol, dentre outros fenômenos sociais construídos na cidade. Assim, a compreensão do processo de formação e do desenvolvimento do futebol na cidade só se faz possível a partir do entrelaçamento dos ideais políticos e socioeconômicos presentes naquela conjuntura. Esses aspectos só tornam-se inteligíveis se analisados como um reflexo de uma aspiração modernizadora ditada por padrões europeus. Cabe ainda ressaltar que o caso de Belo Horizonte apresenta-se como uma amostra *sui generis* dos processos tradicionais⁴ de urbanização que obedeciam o dinamismo comercial ou industrial de determinada região. Tomando-se como referência teórica os trabalhos de LEMOS (1988), JULIÃO (1996) entre outros, defende-se aqui que o processo de construção da nova capital inseriu-se em um complexo quadro político estabelecido nos últimos decênios do século XIX, no qual o desejo de modernização, paralelo ao de rompimento com o passado colonial, fez as oligarquias mineiras estabelecessem um consenso em torno da idéia da construção de um novo centro aglutinador do poder político fora dos tradicionais eixos, como a Zona da Mata, o Sul do Estado ou mesmo Ouro Preto. Nesse sentido, a adoção de um projeto urbanístico moderno, racional, funcional e asséptico previa para a cidade o desenvolvimento de um estilo de vida preconizado também por esses elementos. Portanto, a compreensão do futebol como um estilo de vida adotado pela burguesia belo-horizontina passa tanto por explicações macro-estruturais como por abordagens que retratem o dinamismo cultural da cidade.

2. A construção da nova Capital: utopias da funcionalidade e racionalidade do espaço urbano

Os últimos decênios do século XIX foram marcados em Minas Gerais e também, de modo geral, no Brasil, pelos ideais de modernização. No âmbito político, os esforços das elites concentravam-se em torno do republicanismo de inspiração por um lado, liberal e federalista – influência americana – e, por outro, positivista – influência das doutrinas positivistas de Augusto Comte. Os ideais de *ordem* e *progresso* comtistas ao chegarem ao Brasil, assumiram formas *híbridas*, adaptadas aos interesses das classes dominantes (DAMATTA,1997). A *ordem* com características excludentes e hierarquizadoras, peculiares ao domínio oligárquico, poderia ser representada pelo *federalismo* instituído pela Constituição de 1891. O artigo nono dessa Carta previa uma ampla autonomia para os estados, permitindo que negociassem empréstimos externos sem a intermediação do Governo Federal. Segundo NEVES (1991:68), “o federalismo, ao descentralizar o poder e consagrar a autonomia dos estados perante a União, criou condições para o fortalecimento das oligarquias

⁴ Sobre os processos de urbanização, ver CASTELLS, (1975:83-86).

estaduais.” Assim, os estados de São Paulo e Minas Gerais, indiscutivelmente os mais poderosos, aliaram-se politicamente, passando a delinear os rumos da política nacional até o final da década de 1920. Nesse período, desenvolveram-se as típicas formas brasileiras de controle político e social exercidas pelas oligarquias como o *coronelismo* e o *clientelismo*⁵, cujos resquícios são sentidos até os dias atuais pela sociedade.

No estado de Minas Gerais, o ideal republicano aliava-se ao desejo de ruptura com o passado colonial. Segundo CEDRO (2002:145), dentre as características da modernidade tardia, experimentada pelos países periféricos, pode-se destacar “*o culto ao novo, a negação do passado e a vinculação do presente ao internacional.*” Nessa perspectiva, percebe-se o *progresso* através da projeção da nova capital mineira, como o *locus* de dominação no qual se sediariam os órgãos do poder⁶ (BUERE,1997:67). Segundo MELLO (1996:34), “*fundar cidades e preservar origens são atos inaugurais de uma nação*”. Seguindo este raciocínio, nota-se, então, que a construção da nova nação proposta pelos republicanos em 1889 deveria legitimar-se através da sua história, composta pelos ideais de liberdade e de lutas contra as opressões coloniais. Esta função simbólica-material caberia à cidade de Ouro Preto, por ter se configurado como palco principal das lutas dos inconfidentes:

Tornar Ouro Preto santuário era criar o altar dos heróis republicanos de 1789, fundar para as elites, escol do povo, suas origens e ideais que demoraram cem anos para atingir o poder, obra da República. (DUTRA, 1996:34)

Assim, no imaginário das elites, enquanto Ouro Preto representava as verdadeiras origens mineiras, traduzidas por um passado glorioso marcado pelas lutas travadas contra a coroa portuguesa, a nova capital representaria a ruptura com esse mesmo passado através da projeção de um futuro próximo, simbolizado pela “*ordem e o progresso*”, ideais da doutrina positivista adaptada “*às nossas condições sociais*”⁷.

Decorrente da idéia de se promover a construção da nova capital, no final do século XIX, outra questão acenava no rol das disputas entre as oligarquias mineiras. Tratava-se da escolha do lugar em que seria construída a tão esperada capital. Segundo LEMOS (1988), no Congresso Constituinte de 1891 havia três principais grupos que defendiam seus interesses em torno da escolha do lugar que se sediaria a nova capital: o grupo do “centro” do Estado liderado pelo então presidente da província Augusto de Lima, que defendia o local em que está situada atualmente Belo Horizonte; o segundo grupo liderado por Afonso Penna que pleiteava a região próxima à cidade de Paraúna, banhada pelo Rio Doce; o terceiro grupo, com tendências separatistas, era representado pelas oligarquias da Zona da Mata e da região Sul do Estado. Esse grupo sustentava a idéia de que a construção da capital fosse realizada próxima a Várzea do Marçal, subúrbio de São João Del Rey.

Somente em 1893, posteriormente à inspeção realizada pela equipe do engenheiro Aarão Reis nas regiões propostas pelos congressistas e após duros embates realizados na esfera política, foi que se chegou a uma definição do local em que seria construída a futura capital, cuja escolha final ficou entre a Várzea do Marçal e a atual Belo Horizonte. De acordo com o relatório do engenheiro, o primeiro local apresentava melhores condições para tal função, uma vez que possuía “*uma maior área de terrenos devolutos e um ramal de ligação ferroviária*” (LEMOS, 1988:45). No entanto, uma coalizão das elites definiu que a consolidação de Minas Gerais passaria pelo fortalecimento da região central, determinando, assim, a região de Belo Horizonte, subúrbio de Sabará, como ponto ideal para sediar a nova capital. Segundo WIRTH (1997:77), “*a chave da influência mineira no cenário nacional no período da República Velha estava na coesão doméstica*”, estampada por uma adaptação ao coronelismo, ou seja, os grandes chefes rurais deveriam sempre ocupar o Palácio da Liberdade.

⁵ Sobre o coronelismo e o clientelismo ver em CARVALHO (1997:229-250)

⁶ Segundo SINGER (1972:3), uma das funções da cidade é sediar o poder, abrigando o seu aparato administrativo e militar.

⁷ Sobre o aproveitamento e adaptação da doutrina positivista pelos republicanos brasileiros, ver em DEAN (1997:302)

2.1. A construção de Belo Horizonte

Em dezembro de 1897, em meio a muitas comemorações, a cidade foi inaugurada com seu aparato básico de infra-estrutura concluído. O planejamento da cidade obedeceu a uma lógica definida pela racionalidade e pela funcionalidade, na qual os espaços públicos estavam ordenados a fim de satisfazer os parâmetros segregacionistas impostos pelo urbanismo moderno (BENÉVOLO,1981).

Segundo VERIANO (2001:34), o projeto urbanístico de Belo Horizonte concebido pelo engenheiro Aarão Reis possuía uma inspiração “racional-científica” e se espelhava nos modelos das cidades de Paris e de Washington. A racionalidade configurava-se na planta, que estampava um desenho semelhante a de um tabuleiro de xadrez, como descreve SIQUEIRA (1997:15):

O arruamento, criteriosamente mensurado, produzia quarteirões regulares, em ângulos retos. Grandes avenidas cruzavam em diagonal a malha urbana, irradiando-se a partir de algumas praças. Uma avenida principal, mais larga, orientaria o crescimento da cidade a partir do centro, formando um eixo Norte-Sul. Para complementar, uma longa avenida circular fecharia o traçado da zona urbana, interligando seus diversos bairros e garantindo, assim, mais que uma via de comunicação. (SIQUEIRA, 1997:15).

2.2. A concepção higiênica do espaço urbano

A materialização das doutrinas higienistas incorporadas ao discurso modernizador dos republicanos não pode ser analisada apenas como um caso pontual do planejamento urbanístico de Belo Horizonte. Entre a segunda metade do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, inspiradas pelo exemplo de Haussmann em Paris, foram implementadas reformas em importantes cidades de praticamente todo mundo. Seguindo essa lógica, outras cidades sofreram adaptações para se enquadrar aos padrões urbanísticos burgueses preconizados pela racionalidade, funcionalidade e pela higiene que passaram a vigorar a partir do século XIX. Mesmo levando em consideração as peculiaridades de cada caso⁸, é possível perceber que as doutrinas higienistas e de segregação social do espaço urbano tomaram dimensões macro-estruturais na medida em que se cristalizaram na sociedade brasileira através das intervenções estatais⁹ iniciadas na segunda metade do século XIX.

No caso belo-horizontino, a racionalidade e a funcionalidade estampadas na planta da cidade uniram-se a outros componentes encontrados no urbanismo europeu e no norte-americano daquela época. Tratava-se da “tríade”: *salubridade, comodidade e embelezamento*, discutida por VERIANO (2001:65-66). Segundo o autor, o engenheiro Aarão Reis, ao implementar os princípios higienistas na construção da cidade, tornou o espaço urbano hierarquizado, delimitando em sua planta uma área urbana e uma suburbana:

No plano da cidade, foram delimitadas as áreas urbana, suburbana e rural. Na zona urbana, onde a geometria associou dois sistemas sobrepostos: Um quadriculado e outro diagonal, ambos inscritos numa regularidade global. Nesta planta havia uma simulação da população urbana que se encontraria no chamado anel de contorno, ou avenida do Contorno. (ESTADO DE MINAS, Suplemento Especial “BH 100 anos”, maio de 1997 apud: VERIANO,2001:65)

VERIANO (2001), mostra ainda que a planta da nova capital ao estabelecer um “anel sanitário” imaginário, descrito fisicamente pela avenida do Contorno, hierarquizava socialmente o espaço urbano. Estava prevista, desta maneira, a ocupação da cidade por duas espécies distintas de moradores: o cidadão/morador e o cidadão/ocupante. A primeira espécie seria composta por aqueles proprietários de imóveis situados na parte interna do “contorno”. Estes, como membros da “boa

⁸ Sobre as reformas urbanas implementadas na segunda metade do século XIX, ver em BENÉVOLO (1981)

⁹ Sobre as medidas higienistas implementadas pelo Estado a partir dos últimos decênios do Século XIX, ver em LINHALES (1996:79).

sociedade” utilizariam todos os benefícios da cidade moderna: “*os equipamentos urbanos básicos, como bancos, educação, repartição pública, saúde, serviços em geral.*” (VERIANO, 2001:66) O segundo tipo de cidadão, o das “classes perigosas”¹⁰, deveria permanecer fora do anel, nos bairros provisórios ocupando seus barracões e cafuas.

Ao observar a planta da cidade, é possível perceber ainda, a discriminação em relação à área suburbana. Enquanto a área interna ao anel era toda planejada de acordo com suas classificações e usos dos *cidadãos-ocupantes*, a periferia da cidade foi jogada à mercê de sua própria sorte. Segundo JULIÃO (1996:79), no período de construção da cidade e nos anos subseqüentes, não havia nenhum tipo de planejamento para a ocupação das áreas suburbanas. Os operários, construtores da cidade, somados a diversos outros trabalhadores sem qualificação, constituíam grande parcela da população e se tornaram os *cidadãos-ocupantes* da região periférica. Celina LEMOS (1988:88) afirma que, mesmo após a inauguração da cidade, em 1898, a população do antigo Arraial de Belo Horizonte, composta por operários e por outras pessoas dos segmentos mais pobres, foi desapropriada das suas residências para dar lugar à implantação do novo traçado, obrigado-a, assim, a ocupar zonas predeterminadas pelo poder público:

Como habitavam cafuas, a indenização que receberam do Estado foi irrisória, impedindo-os de adquirir ou construir novas habitações. Para solucionar este impasse, o poder público se aliou a pequenos empresários da nova cidade para a construção de algumas vilas suburbanas. (LEMOS, 1988:88)

Torna-se, assim, importante destacar a tese levantada por JULIÃO (1996) que defende a idéia de que a concepção do projeto urbanístico belo-horizontino foi inspirada em uma aspiração conservadora idealizada pelos republicanos. Segundo a autora, a planta da nova capital previa um espaço urbano segregatório, excludente, disciplinar e asséptico. Tal projeção indicava que Belo Horizonte deveria se tornar símbolo de uma nova ordem, protagonizando Minas Gerais como “ícone de uma nova nação”. Dessa forma, a manutenção do *status quo* era algo que se mostrava latente nesse quadro:

Uma ordem que tentava formar uma nação, mas negava a participação política aos setores e contrariava, com seus mecanismos de controle social, os princípios da liberdade e igualdade proclamados pela Lei. Não seria adequada a essa sociedade, que organizava a esfera pública, deixando à margem os setores populares, uma cidade capital cujo urbanismo segregava a pobreza para que a elite se apropriasse, com exclusividade, do espaço público? (JULIÃO, 1996:82)

Dessa maneira, o espírito modernizador encarnado pelas elites mineiras no início do período republicano esbarrava nas idéias de segregação social contraditórias ao ideal de universalidade preconizados pela modernidade. Se, na Europa, de forma geral, a modernidade se caracterizou por transformações estruturais na sociedade, estabelecendo-se através de lutas e conquistas das classes subalternas, em Belo Horizonte, como em todo o restante do Brasil, a modernidade verticalmente instaurada e de forma tardia¹¹ materializou-se a partir de adaptações nas ideologias políticas, urbanístico-arquitetônicas e posteriormente no modo de vida da população.

3. *Corpore sano in spatium sano*¹²: a fórmula para o desenvolvimento do futebol em Belo Horizonte

O desenvolvimento do futebol na jovem capital de Minas processou-se a partir de dois elementos peculiares àquela conjuntura que, ao se entrelaçarem, forneceram as condições materiais e socioculturais à fomentação do esporte na cidade. Trata-se da funcionalidade estampada no espaço urbano, a qual serviu como indutora de sociabilidades e das teorias higienistas preconizadoras do esporte urbano. Elegeram-se esses dois pontos para a análise do futebol no espaço da cidade sem, contudo, desconsiderarmos outros importantes aspectos das relações de sociabilidade. O objetivo,

¹⁰ Sobre as “classes perigosas”, ver em ANDRADE (1987:4-6)

¹¹ Sobre o conceito de *modernidade tardia*, ver em BELUZZO (1999).

¹² Pode-se traduzir como “corpo saudável no espaço saudável”.

pelo contrário, é o de instigar a abertura de um campo analítico até então preterido pelas pesquisas em torno da cultura urbana belo-horizontina. É notório que o futebol, como qualquer outro componente cultural de uma cidade, representa e é representado por uma pluralidade simbólica, podendo ser interpretado através de variantes macro-estruturais, como mostra o estudo de SEVCENKO (1994) ou em análises predominantemente culturalistas, como a de DAMATTA (1982). Nesse sentido, entende-se que o reconhecimento da multiplicidade inerente à questão possibilita a ampliação do horizonte analítico, como nos moldes propostos por DEMO¹³.

Na Europa e posteriormente no Brasil, o ideário médico-higienista incorporou-se ao discurso ideológico das camadas urbanas dominantes da sociedade, tornando-se um de seus pilares. O higienismo passou a atuar não apenas no controle físico e social dos espaços públicos, mas também promovendo um controle efetivo na vida privada dos cidadãos. A mudança nos hábitos era parte de um conjunto de transformações pelas quais deveriam passar a sociedade para que pudesse emergir um “novo homem”. Para tanto, as mudanças compreenderam aspectos que iam desde a adoção de medidas de higiene pessoal até a incorporação de exercícios físicos e atividades esportivas. Assim, torna-se plausível constatar que, nesse período, o higienismo configurou-se como um elemento social e político capaz de penetrar e influenciar a sociedade, como mostra SOARES (2001:70):

O pensamento médico-higienista (...) construiu um discurso normativo disciplinador e moral. A abordagem positivista da ciência e a moral burguesa estiveram na base de suas propostas de disciplinarização dos corpos, dos hábitos e da vida dos indivíduos. Tudo em nome da saúde, da paz e da harmonia social... em nome da civilização. (SOARES, 2001:70).

Em consonância com o Estado capitalista, a Educação Física se desenvolveu com poucas disparidades no restante da Europa, excluindo-se desse quadro os países britânicos. Enquanto que no restante do Velho Continente, a ginástica e os estudos sistemáticos dos movimentos ganharam destaque, na Inglaterra desenvolveram-se com mais vigor os jogos esportivos. Segundo GIULIANOTTI (2002:18), desde o século XVI, o futebol esteve a serviço dos segmentos mais abastados da Inglaterra. Apesar da sua origem popular, nessa época, o futebol foi implementado na Universidade de Oxbridge com finalidades pedagógicas bastante perceptíveis. Para combater os motins e as brigas comuns entre os jovens da aristocracia, as universidades utilizaram-se de um artifício anteriormente utilizado pelo exército. Os componentes subjetivamente encontrados no futebol e em outros jogos, como a liderança, a lealdade e a disciplina possibilitaram uma forma de controle social, nos moldes durkheimianos, ou seja, procuravam adequar os jovens às necessidades da então emergente sociedade capitalista. Com regras bastante heterogêneas desenvolvidas nas diversas instituições em que era praticado, o futebol, na primeira metade do século XIX, já despontava como um dos principais esportes em toda Grã-Bretanha. No entanto, somente em 1848, ocorreu a unificação das regras, e o *association football*¹⁴ se difundiu de forma mais organizada. A partir de então, uma parte dos praticantes de futebol que defendia a utilização das mãos e dos chutes nas canelas passou a disputar esse esporte separadamente. A cidade inglesa de Rugby, onde se encontrava o maior número desses praticantes, cedeu seu nome a este esporte que originou o *futebol americano*. No entanto, o *soccer*, modalidade menos violenta e que exigia maior habilidade disciplina foi o que mais se popularizou na Inglaterra.

Também no Brasil, as atividades esportivas foram fundamentais para a composição do novo estilo de vida incorporado pelas elites das principais cidades. Segundo SEVCENKO (1985:30), um dos princípios que regia as transformações no modo de vida da elite carioca, no início do século passado, passava pela idéia de negação dos costumes tradicionais somados a um agressivo cosmopolitismo. Seguindo esse raciocínio, pode-se compreender a reordenação e o desejo de ocupação dos espaços públicos, como traços marcantes da metamorfose sociocultural por que

¹³ Sobre as múltiplas possibilidades analíticas no campo das ciências sociais, ver em DEMO (1995).

¹⁴ Segundo os tradutores da obra “*Sociologia do Futebol*”, GIULIANOTTI (2002), a palavra inglesa *soccer* que atualmente significa futebol deriva-se de *as(soc)iation football* mais o sufixo (er).

passaram as cidades brasileiras no início do período republicano. Paralelamente crescia, entre a população, a prática de atividades físicas as quais se inseriam na moda dos “hábitos saudáveis”.

Nesse cenário, gestaram-se as primeiras tentativas de intervenções governamentais na esfera esportiva. Através da apropriação de princípios higienistas, o governo brasileiro via no esporte a possibilidade de controlar a população, condicionando-a aos padrões de saúde e beleza. Segundo SEVCENKO (1998:571-572):

O desenvolvimento dos esportes na passagem do século se destinava justamente a adaptar os corpos e as mentes à demanda acelerada de novas tecnologias. Como as metrópoles eram palco por excelência para o desempenho dos novos potenciais técnicos, nada mais natural que a reforma urbana incluísse também a reforma dos corpos e da mente. Esse amplo processo de transformação comportaria uma alteração crucial no quadro de valores. Nessa nova sociedade da cultura desportiva o valor máximo é necessariamente a idéia de saúde, cuja condição básica é a limpeza e cuja patente é a beleza. [...] Além de controlar o espaço social, em nome da 'política sanitária' os 'exércitos fiscalizadores, os 'esquadrões matamosquitos' e os 'batalhões de vacinadores' eram autorizados tanto a invadir a privacidade das casas quanto a intimidade dos corpos. As pessoas abordadas eram submetidas a questionários sobre suas origens, suas condições físicas, seus familiares, seus hábitos, sua vida sexual, suas atividades", suas andanças. (SEVCENKO, 1998:571-572).

Orientados pelo paradigma moderno, no qual “não há nação robusta sem educação física”, os higienistas traçaram um amplo programa de metas que priorizava o desenvolvimento físico da nação. A agenda estatal voltava suas atenções para mecanismos que promovessem a introdução de uma educação completa e saudável, pois ela geraria um indivíduo equilibrado em suas potencialidades físicas e mentais. Neste caso, o alvo principal seria a juventude e a infância, cuja educação parecia decisiva para “seu futuro e o da sociedade.” Naquela época, além da ginástica, foram institucionalizadas nos colégios e academias militares a prática e a disputa do tiro ao alvo, da esgrima, da natação e da equitação.

4. Os novos lugares e a construção de sociabilidades

Segundo MAFFESOLI (1984), o espaço da cidade pode se constituir um poderoso instrumento de fomentação de sociabilidades:

Do mesmo modo que a casa da infância permanece o paradigma de todas as raízes ou de toda busca de raízes, espaço local é o fundador do 'estar-junto' de toda a comunidade.(MAFFESOLI, 1984:54)

Tomando-se como referência essa síntese que atribui ao espaço a primazia nas relações de sociabilidade, depara-se com a seguinte questão: o espaço urbano belo-horizontino concebido e edificado para abrigar uma sociedade com hábitos modernos estava condizente com a população e com os recursos materiais disponíveis naquela época? Certamente que esse não é um problema central deste artigo. No entanto, cabe-nos indagar a outras pesquisas se o espaço urbano planejado de forma racional, higiênica e segregatória contribuiu para o surgimento de relações sociais tipicamente urbanas como o futebol.

As abordagens desenvolvidas nos estudos de LEMOS (1988) e JULIÃO (1996) fornecem alguns indícios que permitem atribuir ao espaço um lugar de destaque no processo de construção de sociabilidades em Belo Horizonte.

Segundo Letícia Julião, a modernidade em Belo Horizonte apresentou-se paradoxal:

(...) seu espaço planejado, adequado ao movimento da multidão, que assegurava até mesmo dispositivos para o controle da massa urbana, destinou-se, ironicamente, à minoria dos estratos médios e altos da sociedade. (JULIÃO, 1996:83)

Para a autora, o caráter superficial da modernização destinada ao espaço urbano não atingia estruturalmente a sociedade. Pelo contrário, distanciava fisicamente as classes, perpetuando, dessa maneira, as desigualdades sociais. Tomando como referência algumas crônicas das primeiras

décadas do século XX, a autora nos leva a concluir que a cidade, apesar de possuir um aparato edificado moderno, ainda não convivia, nesse período, com a efervescência da vida urbana.

Já o trabalho de LEMOS (1988) fornece outras possibilidades para a compreensão do desenvolvimento da vida urbana moderna na recém-inaugurada Capital. Sua pesquisa destaca a importância do centro da cidade como aglutinador das atividades comerciais, fator que o elevaria à categoria de espaço fomentador de sociabilidades. Seguindo a abordagem teórica proposta por LEFEBVRE (1991), a autora mostra que o centro como o lugar do intercâmbio de mercadorias, assumia também os papéis de *lugar do lazer* e *lugar do simbólico*, na medida em que concentrava estabelecimentos como bares, cafés, hotéis, restaurantes, bancos, teatros, cinemas, casas de dança e bordéis. LEMOS mostra que, logo na primeira década de vida, já era possível observar uma hierarquização do espaço na região central da cidade. Seu estudo indica que a construção de prédios públicos em uma parte da região provocou um aumento nos preços dos lotes, transformando-a em área nobre. As construções públicas concentravam-se principalmente no

(...) polígono que envolvia a rua da Bahia, a rua Goitacazes, a rua São Paulo, a rua dos Caetés, avenida Afonso Pena e mais as ruas Tupinambás, Carijós, Espírito Santo, Tamóios e as avenidas Amazonas e do Comércio. (LEMOS, 1988:95)

Já, na região compreendida entre a praça da Estação e o Mercado Municipal, habitavam “alguns remanescentes” que adquiriram seus lotes antes da inauguração da cidade. Esses grupos de baixo poder aquisitivo estavam condenados a abandonar o centro, à medida que ampliasse a especulação imobiliária. Dessa maneira, a demarcação de duas áreas distintas na região central permitiu, segundo a autora, identificar o uso e a ocupação desses lugares. Enquanto a região “nobre” abrigava os prédios públicos, os melhores restaurantes e bares, os cafés, os bancos, os teatros e os cinemas e as residências das famílias mais abastadas, a região “pobre” serviu de espaço para o estabelecimento de modestas pensões, bares e pequenos estabelecimentos comerciais, além de constituir uma área boêmia:

Instalou-se na área um guetho boêmio que constituía uma verdadeira concentração institucional. Conformavam essas instituições atividades comerciais como o bordel, o hotel ou pensão, pequenos restaurantes e bares com salão para danças, além do trottoir. (LEMOS, 1988:100)

Portanto, é possível observar que, tão logo inaugurada, a nova Capital já apresentava contradições em relação ao seu planejamento. A região do bairro Comercial, hoje conhecida como Centro, criada com a função de abrigar as atividades comerciais destinadas aos segmentos médios e altos da população, acabou tornando-se um espaço estratificado o que heterogenizou o seu uso e sua ocupação. A região “pobre”, considerada o “porto” da cidade, era utilizada principalmente por “vendedores, viajantes e oportunistas”, enquanto a área nobre por funcionários públicos, profissionais liberais, empresários e prósperos comerciantes. Essa distinção propiciou as condições favoráveis ao desenvolvimento de sociabilidades específicas a cada segmento social. Nesse caso, o Parque Municipal, área destinada ao lazer, ao situar-se nas adjacências da área nobre, tornou-se um importante centro elitizado de convivência. Torna-se necessário, portanto, compreender como as formas de convivência construídas no parque mostraram-se congruentes a um novo estilo de vida que emergia no imaginário das elites.

4.1. O Parque Municipal e o esporte: a construção dos hábitos modernos

O Parque Municipal, inaugurado em setembro de 1897, ou seja, antes mesmo da inauguração oficial da cidade, pode ser considerado um símbolo do planejamento urbano moderno, destinando áreas para o descanso, o lazer, e o esporte, obedecendo aos preceitos higiênicos em voga na época, os quais preconizavam a idéia de que o trabalhador deveria usufruir de forma racional¹⁵ suas horas de folga. Aproveitando a natureza exuberante do local e agregando-lhe componentes do estilo

¹⁵ Para DUMAZEDIER (1979:55), nas sociedades modernas capitalistas, o tempo ocioso do trabalhador deveria se inserir na lógica do consumo. Assim, até as desprezíveis formas de lazer, como o esporte, participariam diretamente da dinâmica do sistema.

romântico inglês, o arquiteto e jardineiro francês Paul Villon, que já havia prestado importantes serviços em seu país e também nas obras da Boa Vista e do Campo da Aclamação no Rio de Janeiro, conseguiu transformar o espaço destinado ao parque em um lugar inspirador tanto para os poetas românticos como para os *sportmen*.

O Parque, desde a sua inauguração, serviu como alternativa para o encontro das boas famílias da cidade. Desde os anos do Arraial do Curral Del Rey, essa atividade restringia-se ao Largo da Matriz da Boa Viagem, a alguns estabelecimentos comerciais ou mesmo às casas de algumas famílias (CVRD, 1992:32). A cidade, carente de atividades sociais em seus primeiros anos, não havia desenvolvido uma convivência intensa nos espaços públicos. No entanto, ao analisarmos a história do Parque Municipal nas duas primeiras décadas de sua existência, percebemos a sua enorme contribuição para a modernização dos costumes na cidade. Segundo a pesquisa da CVRD (1992), desde a sua inauguração, o parque ofereceu atrativos para a sua visitação:

(...) as retretas organizadas pela Corpora o Musical Carlos Gomes passaram a atrair um público considerável, que se comprazia em admirar os lagos, as ilhas, os bosques, ruas e avenidas, por onde passeavam os ciclistas e as famílias em carros de t lburis ou a p . (CVRD,1992:35)

A bicicleta, introduzida na cidade em 1898, encontrou no Parque Municipal um lugar ideal para o seu uso. Segundo o autor, possuir uma bicicleta naquela época, significava muito mais do que usufruir de uma tecnologia moderna. O ciclismo ganhou fei es de modismo e de distin o de classe. Praticado inicialmente pelos rapazes, o esporte chegou logo ao gosto das moças.

O depoimento de Sílvia Bonfioli permite observar a importância da bicicleta e conseqüentemente, do esporte, para a constru o de um novo *modo de vida* para os jovens da elite belo-horizontina naquela conjuntura:

Ter uma bicicleta naquela época era mais importante do que se possuir um automóvel atualmente. Eu não falo pela questão do transporte, mas quem tinha uma bicicleta era considerado uma pessoa importante entre a mocidade. (...) No início eram só os rapazes que tinham as bicicletas inglesas, depois começaram a traz -las de outros lugares e muitas moças ganhavam de seus pais. Era com certeza um dos melhores presentes para se ganhar.

De acordo com a pesquisa da CVRD (1992), o ciclismo surgiu como o primeiro esporte organizado em Belo Horizonte. No estudo está descrito que, em janeiro de 1898, fundou-se no Parque Municipal, o *Velo Club*, presidido por Fernando Esquerdo, conhecido como o precursor da bicicleta na cidade. Em 25 de julho do mesmo ano ocorreu a primeira corrida organizada pelo clube. As competi es que despertavam grande interesse da popula o ganhavam, a cada ano, novas modalidades como a corrida de velocípedes, a corrida a p  e a nata o realizada nos lagos. Como se percebe, o Parque ia acumulando, aos poucos, a fun o de praça de esportes da cidade.

Além da sua fun o higi nica, pode-se notar que as práticas esportivas na jovem república brasileira prestavam outro importante serviço   *civiliza o*. Para ELIAS (1994:201), o esporte, nesse período, servia para controlar as emo es e a agressividade, as quais segundo ele, desde as fases mais primitivas da humanidade eram elementos socialmente aceitos em ocasiões previamente estabelecidas de acordo com a tradi o construída em cada lugar¹⁶. Porém, durante o *processo civilizador*, os prazeres ligados às lutas e a outros eventos violentos deveriam obrigatoriamente passar por uma etapa de racionaliza o. Nesse caso, os jogos esportivos, com seu aparato de regras bem definido, prestava-se   fun o de canalizador de prazeres e emo es, componentes inscritos em todas as sociedades.

Para dar um exemplo, a beligerância e a agressão encontram expressão socialmente permitida nos jogos esportivos. E elas se manifestam especialmente em participar como 'espectador' (como por exemplo, em lutas de boxe), na identifica o imaginária com um

¹⁶ ELIAS (1994:196) cita o exemplo da luta com a utiliza o de armas na sociedade medieval, a qual se tornou uma prática comum entre os elementos da nobreza.

pequeno número de combatentes, a quem uma liberdade moderada e precisamente regulamentada é concedida para a libertação dessas emoções.(ELIAS, 1994:200)

É possível concluir que os esportes, ao se inserirem na lógica racional e modernizadora dos costumes, permitiram a inserção ao seu universo não só àqueles que os praticavam, como também aos que a ele assistiam. Essa argumentação está presente também no estudo de DAMATTA (1982:27), que ressalta a importância do espírito do *fair-play*¹⁷ presente nos esportes britânicos para o processo de coletivização no Brasil. Segundo o autor, nas sociedades em que predomina uma ideologia individualista, o futebol e outros esportes são capazes de promover a integração social.

Percebe-se nesse contexto, que as brisas da “civilização” começavam a soprar suavemente no cotidiano da jovem Capital. O diálogo entre o homem e a cidade fomentava novas relações pautadas nos processos descritos por ELIAS (1994:167) como *diferenciação* e individualização. Para LUCENA (2001:77), o esporte, nesse período, enquadra-se no que ele denomina de *esforço civilizador brasileiro*. Para o autor, o processo de individualização era algo que ocorria inconscientemente com a população. Os novos hábitos decorrentes do esporte permitiam ao indivíduo se distinguir dos demais pelas novas formas de afeto, de linguagem e de convivência social que passavam a nortear sua vida. Assim,

(...) o processo de individualização é, assim uma estrutura que vai permitir a construção da identidade-eu nas sociedade complexas da atualidade. Está, como já frisamos, associado ao conceito de “habitus” na medida em que permite perceber que a sociedade não apenas produz o semelhante e o típico, mas também o individual. (LUCENA, 2001:77-78)

Nessa perspectiva, observa-se a formação de um *estilo de vida* que iria nortear a conduta da elite belo-horizontina nas primeiras décadas do século XX. A aquisição de bens materiais, hábitos e valores considerados modernos e cosmopolitas promovia a integração do grupo e sua diferenciação em relação aos demais. Pierre BOURDIEU (1983: 83) afirma que:

(...)o gosto, a propensão e aptidão à apropriação (material e/ou simbólica) de uma determinada categoria de objetos ou práticas classificadas e classificadoras é a fórmula generativa que está no estilo de vida. (BOURDIEU, 1983: 83)

Tomando o Parque Municipal como o lugar de referência para as relações de sociabilidade entre os jovens das *boas famílias* belo-horizontinas, é possível notar que a inserção àquele grupo estava condicionada à aquisição de práticas e bens (no caso a bicicleta) que os distinguiam dos demais. Recorrendo novamente a BOURDIEU (1983:85), nota-se que a questão da “estilização de vida” não pode ser considerada meramente subjetiva. Ou seja, a sua objetividade se inscreve nas possibilidades materiais de realização das escolhas. Assim, a opção em participar, ou não, do grupo de esportistas do Parque Municipal não dependia meramente do gosto ou da aptidão, mas das condições materiais disponíveis para tal fim. Dessa forma, ao se considerar os jovens do Parque Municipal como os precursores das práticas esportivas em Belo Horizonte, verifica-se que o processo de formação do esporte na jovem capital obedeceu a uma lógica, a princípio, elitista e de forte demarcação social.

Mais do que isso, pode-se verificar que a exclusão social no esporte vinculava-se à lógica do processo segregatório estampado na própria planta da cidade. Tomando-se como referência a pesquisa de LEMOS (1988:94), nota-se que a distribuição geográfica ordenada de acordo com a ocupação no trabalho, somada à especulação imobiliária na área próxima aos prédios públicos, principalmente nas ruas Espírito Santo, Guajajaras, Bahia e na Avenida Afonso Pena, tornou elitizada a área adjacente ao Parque Municipal. Levando-se em consideração a precariedade dos transportes públicos naquela época, percebe-se que a dificuldade para a locomoção das pessoas que habitavam as regiões mais afastadas também contribuiu para que o Parque Municipal tivesse a

¹⁷ Na época da introdução dos esportes no Brasil, predominava entre os atletas e espectadores o *fair-play*, ou seja, o mais importante não é a vitória e sim o espírito de competição. Dessa forma, eram comuns as atitudes de cavalheirismo e camaradagem na maioria dos esportes.

marca de um lugar quase restrito às elites, mesmo que sua utilização fosse aberta a qualquer cidadão. Os depoimentos de Sílvia Bonfioli e Adelchi Ziller reforçam esta idéia:

Lá no parque só havia gente bonita, moços elegantes e moças impecáveis, era um lugar de gente bacana (Sílvia Bonfioli)

Os fundadores do Atlético, aqueles que jogavam suas peladas no parque, eram todos filhos de gente fina. Filhos de médicos, advogados, altos funcionários, acho que não havia nenhum mais pobrezinho. (Adelchi Ziller)

Nesse momento da história belo-horizontina o futebol encontrou um terreno fértil para o seu desenvolvimento. Em 1904, o Parque Municipal contribuiu novamente de forma decisiva para a fomentação do esporte na cidade. Em um campo improvisado, Victor Serpa e seus companheiros da *distinta sociedade* fundaram o primeiro clube de futebol de Belo Horizonte: o *Sport Club*. No mesmo ano organizaram um campeonato com a participação de cinco equipes. Percebe-se, assim, que o esporte inglês já inserido nos hábitos das elites paulistas e cariocas ganhava grande admiração dos *sportmen* belo-horizontinos, atraindo inclusive a atenção das platéias femininas.

Em 1908, também no Parque Municipal, alguns jovens que habitavam a parte “nobre” do centro, como descrito anteriormente, fundaram o *Athletico Mineiro Football Club*. Os garotos, precursores do atual Clube Atlético Mineiro realizaram seus “treinos” durante um período de aproximadamente um ano em uma área pertencente ao Parque. Segundo Adelchi Ziller,

Estes garotos iam para lá (Parque Municipal) por dois motivos. O primeiro era o futebol. Eles iam após as aulas ou até mesmo durante elas para jogar bola. O segundo motivo eram as mocinhas. Elas ficavam geralmente no coreto, ou então, quando havia as corridas elas iam assistir.

A esta altura, as doutrinas higienistas saíam das pranchetas dos urbanistas para modificar substancialmente os hábitos da população. A elite belo-horizontina, ansiosa em desfrutar dos prazeres de um novo modo de vida adequado aos padrões europeus, buscava a todo custo se tornar a vitrine da nova civilização. Assim, a grande aptidão para adquirir hábitos saudáveis e cosmopolitistas, torna-se facilmente compreensível. A revista *Vita*, um dos principais veículos de informação da elite belo-horizontina entre os anos de 1913 e 1915, trazia em suas páginas diversas reportagens e fotografias que descreviam as preferências e gostos da época. As crianças apareciam sentadas nos velocípedes, o brinquedo símbolo da infância saudável integrada às novas tendências tecnológicas européias. As mulheres usavam os modelitos de inspiração francesa que eram apresentados em fotografias, logo após seu lançamento em Paris (*VITA*, ano I n.4, 30 out. 1913).

5. Considerações Finais

As discussões apresentadas nesse artigo permitem demonstrar que o futebol inseriu-se, no início do século XX, na cidade de Belo Horizonte, como um importante fenômeno sociocultural que expressou diferentes significados para aqueles grupos que a ele aderiram. Mais do que isso permitenos inseri-lo no conjunto de fenômenos sociais que se desenvolveram simultaneamente às transformações no espaço urbano das principais capitais brasileiras.

Analisar o fenômeno social do futebol e sua inserção na cidade significa reconhecê-lo como uma prática social propiciada pela modernidade estampada em diversas áreas do fazer humano naquele período. As concepções urbanísticas modernas passaram a destinar nas plantas das cidades, espaços para o esporte e o lazer. Na jovem capital mineira, o Parque Municipal constituiu-se como uma amostra dessas tendências. Não se pode afirmar que o Parque foi concebido para se tornar “a praça de esportes” da cidade. No entanto, sua localização privilegiada o tornou ponto de encontro das famílias e dos jovens mais abastados da sociedade de Belo Horizonte que, rapidamente, levaram as práticas esportivas para aquele espaço. Assim, o futebol ali introduzido em 1904, logo extrapolou suas fronteiras e ganhou importantes espaços para o desenvolvimento na região central da cidade.

Ainda é importante salientar que as práticas esportivas originadas no Parque Municipal anunciavam o desejo de um novo modo de vida requerido pelas elites. Os *sportmen* e *sportwomen* eram ao

mesmo tempo símbolos de um estilo de vida saudável, elegante e ativo que se modelava aos padrões europeus. Os jogos de futebol, restritos ao Parque, logo ganharam outros locais para a sua prática, iniciando assim um processo que o tornaria o esporte mais praticado na cidade, por volta de 1914 (VITA, ano I, n.4, 30 out. 1913). Iniciava-se, portanto, em Belo Horizonte, um período de aquisição de novos hábitos, no qual a construção de novas formas de identidade demarcava a inserção de grupos privilegiados nesse emergente universo.

Referências Bibliográficas:

- ANDRADE, Luciana Teixeira. (1996), *Representações ambivalentes da cidade moderna: Belo Horizonte dos Modernistas*. Tese de doutorado em Ciências Humanas: Sociologia, IUPERJ, (mimeo).
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. (1999), *A modernidade como paradoxo. Modernidade estética no Brasil*. In: MIRANDA, Wander Melo. (org.), *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- BENÉVOLO, Leonardo. (1981), *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Editorial Presença.
- BOURDIEU, Pierre. (1983), *Sociologia*. Organização: ORTIZ, Renato. São Paulo: Ática.
- CARVALHO, José Murilo. (1997), *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. In: DADOS, Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol.40, n.2, pp.229-250.
- CASTELLS, Manuel. (1975), *Problemas de investigação em sociologia urbana*. Trad. Lemos de Azevedo. Lisboa: Presença.
- CEDRO, Marcelo de Araújo R. (2002), *JK desperta BH (1940-1945): a capital de Minas Gerais na trilha da modernização*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais/Gestão de Cidades, PUC-Minas, out. (mimeo)
- CVRD, Companhia Vale do Rio Doce. (1992), *Parque Municipal - Crônica de um século*. Belo Horizonte: CVRD.
- DAMATTA, Roberto *et alli*. (1982), *Universo do Futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: PinaLotheke.
- DAMATTA, Roberto *et alli*. (1997), *Brasileiro cidadão?* São Paulo: Cultura.
- DEAN, Warren. (1997), *A industrialização durante a república Velha* In: CARDOSO, F. H. *et alli*. *O Brasil Republicano, tomo III: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- DEMO, Pedro. (1995), *Metodologia científica em ciências sociais*. Bauru/SP: EDUSC.
- DUMAZEDIER, Jofre. (1979), *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva.
- DUTRA, Eliana de Freitas. (org. 1996) *BH: Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte.
- ELIAS, NORBERT. (1994), *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Vol. 1.
- ELIAS, Norbert, DUNNING, Eric. (1996), *Desporto y ocio en el proceso de la civilizacion*. Mexico: Fondo de Cultura Economica.
- GIULIANOTTI, Richard. (2002), *Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant e Marcelo de Oliveira Nunes. São Paulo: Nova Alexandria.
- HOBSBAWM, Eric J. (2002), *A era dos impérios: 1875-1914*. Trad. Sieni Maria Campos, Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 7 ed.

- JULIÃO, Letícia.(1992), *Belo Horizonte: Itinerários da Cidade Moderna (1891- 1920)* Dissertação de mestrado em Ciência Política, UFMG. (mimeo)
- JULIÃO, Letícia. (1996), *Itinerários da cidade moderna (1891-1920)* In: DUTRA, Eliana de Freitas. BH: horizontes históricos. Belo Horizontes: c/arte.
- LEFEBVRE, Henri. (1991), *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes.
- LEMOS, Celina Borges. (1988), *Determinações do espaço urbano: A evolução Econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte*. Dissertação de mestrado em sociologia, UFMG. (datilo)
- LINHALES, Meily Assbú. (1996), *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. Dissertação de mestrado em Ciência Política.UFMG. (mimeo)
- LUCENA, Ricardo de Figueiredo. (2001), *O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro*. Campinas/SP: Autores Associados. (Coleção educação física e esportes)
- MAFFESOLI, Michel. (1984), *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco.
- MATTOS, Cláudia. (1997), *Cem anos de paixão: uma mitologia carioca do futebol*. Rio de Janeiro: Rocco.
- MAZZONI, Tomás. (1950), *História do Futebol no Brasil – 1894 a 1950*. São Paulo: Leia.
- MELLO, Ciro Flávio Bandeira. (1996), *A noiva do trabalho – uma capital para a República*. In: DUTRA, Eliana de Freitas. (org.), *BH: horizontes históricos*. Belo Horizontes: C/Arte.
- NEVES, Margarida de Souza, (1991). *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Atual.
- NORA, Pierre. (1993), *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Trad. Yara Aun Khoury. Projeto História (10), São Paulo: EDUC.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (2000), *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SALGUEIRO, Eliana Angotti. (1997), *Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. (Coleção Centenário)
- SANTOS NETO, José Moraes dos. (2002), *Visão do jogo: Primórdios do futebol no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- SEVCENKO, Nicolau. (1985), *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense.
- SEVCENKO, Nicolau. (1994), *Futebol, metrópoles e desastros*. Revista USP:Dossiê futebol. São Paulo, n.22. jun./ jul./ ago.
- SEVCENKO, Nicolau. (1998), *A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio*. In: SEVECENKO, N. (org.), *História da Vida Privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia das Letras. Vol.3.
- SINGER, Paul. (1972), *A cidade e o campo*. São Paulo: CEBRAP.
- SOARES, Carmem Lúcia (2001). *Educação Física: Raízes européias e Brasil*. Campinas/SP: Autores Associados. (Coleção Educação Contemporânea)
- SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. (1996), *O sonho de uma petite Paris: os cafés no cotidiano da capital*. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.) *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte.
- SIQUEIRA, Márcia (1997), *Belo Horizonte: o fértil solo humano*. Rio de Janeiro: Salamandra.

WIRTH, JOHN. (1997), *Minas e a nação. Um estudo de poder e dependência regional, 1889-1937*. In: CARDOSO, F. H. *et alii. O Brasil Republicano, tomo III: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

VERIANO, Carlos Evangelista. (2001), Belo Horizonte: cidade e política – 1897-1920. Dissertação de mestrado em História, UNICAMP, jan. (mimeo)

VITA. (1913), Belo Horizonte, n.4, anoI, out.

ZILLER, Adelchi Leonello. (1997), *Enciclopédia Atlético de todos os tempos- A vida, as lutas, as glórias do Clube Atlético Mineiro, o campeoníssimo das Gerais*. Belo Horizonte. (s.n.)

Entrevistados:

Adelchi Leonello Ziller nasceu em Cataguases/MG em 1918. Contador, jornalista e cronista esportivo é conselheiro do Clube Atlético Mineiro, prestou inúmeros serviços ao clube durante mais de cinquenta anos. É autor das duas edições da “Enciclopédia do Atlético”. Concedeu entrevista para este artigo em 4/11/1998.

Sílvia Francisca Bonfioli nasceu em Belo Horizonte em 21 de novembro de 1916. Professora de italiano, filha de Igino Bonfioli, um dos precursores da fotografia e do cinema da cidade, frequentou a sociedade italiana e participou diretamente dos eventos futebolísticos promovidos pelo Palestra Itália. Concedeu entrevista para este artigo em 02/05/2003.